

A Aplicação de Indicadores de Acessibilidade na Análise da Evolução das Infra-estruturas de Transporte em Portugal Continental

João FIGUEIRA DE SOUSA - j.fsousa@fcsh.unl.pt ; André FERNANDES - andre.fernandes@fcsh.unl.pt ; Sónia GALIAU - sgaliau@fcsh.unl.pt ; Mafalda ESTÊVÃO - mafalda.estevao@sapo.pt ; Gonçalo ANTUNES - goncalo.ant@gmail.com ;

acessibilidades, infra-estruturas_de_transporte, políticas_públicas, indicadores

É amplamente reconhecido pela comunidade científica que o bom funcionamento dos sistemas de transporte constituem uma condição essencial, ainda que não suficiente, para o desenvolvimento económico e social de qualquer país, assim como suporte aos fluxos materiais associados a múltiplas áreas de actividade.

Neste sentido, importa igualmente relevar que as infra-estruturas de transportes funcionam enquanto elementos fundamentais para a mobilidade de pessoas e mercadorias, contribuindo, em diferentes âmbitos espaciais (regional, nacional e internacional), para uma circulação rápida e eficiente entre os territórios crescentemente globalizados. Tal tende, assim, a induzir a promoção do crescimento económico pela criação de condições de suporte ao desenvolvimento da actividade económica.

Significa isto que o investimento, no tipo de infra-estruturas a que aqui fazemos alusão, assume um papel decisivo na geração de externalidades positivas que concorrem em larga medida para: i) numa perspectiva económica, aumento da competitividade das empresas, criação de emprego, ganhos acrescidos no investimento privado, reforço da atractividade dos territórios e criação de condições para a valorização dos recursos endógenos; ii) numa perspectiva social, ampliar o bem-estar das famílias.

Circunscrevendo a análise ao território nacional assinala-se que as dinâmicas territoriais que marcaram a evolução recente do nosso país são indissociáveis de um conjunto de transformações operadas a diferentes escalas e nas diferentes componentes que lhe estão imanentes (e.g. de natureza económica, social ou demográfica), acarretando uma concomitante reorganização da estrutura de povoamento e do sistema urbano em Portugal.

A evolução do sistema de transportes e acessibilidades tem contribuído de forma inquestionável para estas dinâmicas e constituí exemplo claro desta realidade. De facto, os investimentos realizados em infra-estruturas de transporte sobretudo desde a adesão do País à então Comunidade Económica Europeia (enquadrados pelas orientações nacionais de desenvolvimento regional e sectorial e apoiados pelos vários ciclos de programação comunitária), repercutiram-se em transformações significativas nas acessibilidades internas e externas do território nacional, propiciadoras, entre outros aspectos, da melhoria da

conectividade internacional, da aproximação relativa das principais nucleações do sistema urbano nacional e da promoção de condições indutoras da melhoria do acesso a bens, equipamentos e serviços por parte da população e agentes económicos.

Tendo o sector dos transportes absorvido uma parte substancial do esforço de investimento nacional em infra-estruturas, tal não pode ser dissociado do fraco desenvolvimento que as redes nacionais de transportes registavam à data de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, e que determinava importantes défices de acessibilidade interna e de conectividade internacional. Tal é tanto mais significativo quanto a posição periférica do território nacional relativamente ao centro económico da Europa fazia (e faz) da melhoria das acessibilidades a esta área um aspecto essencial para a integração socioeconómica e territorial de Portugal no quadro da União Europeia, assim como para valorizar e efectivar as oportunidades inerentes à posição geoestratégica do País na fachada Oeste-Atlântica do continente europeu.

Releva por isso compreender a sua evolução das acessibilidades em Portugal, sendo que neste sentido os indicadores de acessibilidade são um recurso de grande utilidade (e.g. detour index que permite calcular a eficiência de uma rede de transportes, nomeadamente na eficácia em ultrapassar as dificuldades da distância física de um espaço geográfico; network density que permite avaliar a real ocupação de uma rede de transportes numa determinada unidade territorial), na medida em que permitem mensurar os efeitos (directos e indirectos ou spillover) dos investimentos em infra-estruturas de transportes na evolução das acessibilidades e, bem assim, da sua expressão territorial (e.g. acessibilidade a um lugar, posição relativa – centralidade – de um lugar no sistema urbano em que se integra).

Com efeito, centrando a análise no período subsequente à adesão de Portugal à então CEE, a comunicação analisa e avalia a evolução das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias no território nacional, no contexto das políticas públicas para o sector dos transportes e acessibilidades. Como se constatará, não obstante os grandes investimentos realizados, existem divergências ainda marcantes ao nível da competitividade, entre o sector rodoviário e o ferroviário, traduzíveis naturalmente nas menores acessibilidades do segundo sector face ao primeiro. Para a apreciação desta realidade, aplica-se um conjunto de indicadores de acessibilidade que ponderam diferentes dimensões que lhe estão subjacentes e que permitem identificar as transformações das posições relativas dos principais centros urbanos nacionais no âmbito do sistema urbano nacional e subsistemas urbanos regionais.

A comunicação integra-se no âmbito do Projecto de Carácter Exploratório “A Evolução dos Transportes e Acessibilidades e as Transformações na Organização do Território”, em curso no e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, em parceria com o Instituto de Dinâmica do Espaço, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este projecto tem como principais objectivos: analisar os investimentos em infra-estruturas e serviços de transporte realizados desde a década de 1980 até à actualidade em Portugal Continental; avaliar os efeitos dos investimentos na promoção da conectividade internacional do território nacional e da sua integração nas redes transeuropeias de

transporte; identificar as repercussões da melhoria das acessibilidades na evolução da organização e estruturação do território nacional.